

Produção Acadêmica do Tema “Lei 11.638/07” Divulgada em Periódicos Nacionais da Área Contábil entre os Anos de 2008 a 2014

Henrique César Melo Ribeiro

Parnaíba - PI

Doutor em Administração pela UNINOVE-SP

Professor Adjunto da UFPI

Resumo

O objetivo deste estudo foi analisar a produção acadêmica do tema “Lei 11.638/07” divulgada em periódicos da área contábil durante o período de 2008 a 2014. Metodologicamente, este estudo trabalhou as técnicas de análise bibliométrica e de rede social, sendo que esta última também enfatizou as redes two-mode. Das 37 revistas investigadas, 22 publicaram no mínimo um artigo sobre o tema “Lei 11.638/07”. Destes 22 periódicos, quatro ficaram mais em evidência nesta pesquisa: Pensar Contábil, Revista de Contabilidade e Organizações, Contabilidade Vista & Revista e Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade. A Universidade de São Paulo foi a mais profícua. E os temas: ativos intangíveis, convergência contábil, impairment, demonstrações contábeis e informação contábil, foram os mais publicados neste estudo. Este estudo contribuiu para evidenciar, difundir e posteriormente disseminar e socializar o tema “Lei 11.638/07” na literatura científica brasileira, colaborando com isso para seu aperfeiçoamento e desenvolvimento no campo do conhecimento da contabilidade.

Palavras-chave: Lei 11.638/07; Produção acadêmica; Periódicos nacionais. Área contábil.

Abstract

The aim of this study was to analyze the academic production of the theme “Law 11.638/07” published in journals in accounting during the period 2008 to 2014. In terms of methodology, this study works the techniques of bibliometric analysis and social networking, with the latter also stressed the two-mode networks. Of the 37 journals investigated, 22 have published at least one article on the topic “Law 11.638/07.” Of these 22 journals, four were more

in evidence in this research: Pensar Contábil, Revista de Contabilidade e Organizações, Contabilidade Vista & Revista and Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade. The University of São Paulo was the most fruitful. And the themes of intangible assets, accounting convergence, impairment, financial and accounting information statements were the most published this study. This study contributed to highlight, disseminate and further disseminate and socialize the topic “Law 11.638/07” in Brazilian scientific literature, collaborating with it to its improvement and development in the accounting field of knowledge.

Keywords: Law 11.638/07; Academic research; National journals. Accounting area.

1. Introdução

A Lei 11.638/07 modificou a Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), motivando com isso a harmonização contábil com o IFRS (International Financial Reporting Standard), trazendo em seu bojo várias alterações nas disposições contábeis, alinhando com isso as práticas contábeis aplicadas no Brasil ao processo contábil implementado no cenário internacional (Santos & Calixto, 2010), com o intuito de aproximar a contabilidade do Brasil da contabilidade internacional (Machado, Macedo & Machado, 2015).

Assim, a Lei 11.638/07 auxiliou o Brasil a seguir o norte que vem se intensificando em vários países (Reina, Reina & Silva, 2014) realizando alterações nos sistemas contábeis (Silva & Nardi, 2014), convergindo-os com as normas internacionais (Gonçalves et al., 2014) e admitindo maior comparabilidade das informações (Klann & Salla, 2014). Contudo, o Brasil foi além das demais nações, pois adotou o IFRS (Leite & Pinheiro, 2014) tanto nas demonstrações financeiras consolidadas, quanto nas individuais também (Gonçalves et al., 2014).

No decorrer desse processo de convergência contábil iniciado pelas Leis 11.638/07 (Santos & Cavalcante, 2014) e 11.941/09 (Ott et al., 2011), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), criado em 2005 (Crisóstomo, 2009; Brito & Ambrozini, 2014), tem ajustado e divulgado, desde 2008, as novas normas contábeis, que em seguida são aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outros órgãos reguladores (Gonçalves et al., 2014).

¹UNINOVE - Universidade Nove de Julho – CEP 03155-000 - São Paulo - SP

²UFPI - Universidade Federal do Piauí - Campus Ministro Reis Velloso – CEP Parnaíba - PI, 64202-020

Henrique César Melo Ribeiro

A adoção dos CPCs acarretou diversas modificações nas normas contábeis em termos de aferição, reconhecimento e divulgação, determinando alterações nos sistemas de informações contábeis das organizações (Beuren & Almeida, 2015).

A Lei 11.638/07 tem motivado várias alterações nas práticas e nas normas contábeis brasileiras (Ferreira et al., 2012), especialmente no que se refere à avaliação de itens patrimoniais e reestruturação do grupo patrimônio líquido (Silva Filho, Martins & Machado, 2013), colocando em evidência a essência sobre a forma e ao conceito de fair value (Silva, Silva & Denberg, 2011), no desígnio de propagar a realidade econômica das organizações e do seu patrimônio, evidenciando-o a valor mais próximo a realidade de mercado (Nascimento et al., 2014). Estas modificações estão consentindo à convergência das normas e práticas contábeis do Brasil ao padrão contemplado no cenário internacional (Nascimento et al., 2014).

Observa-se assim a importância da Lei 11.638/07 para a difusão das práticas, processos e normas contábeis nacionais (Gomes, Souza & Lunke, 2014), sobretudo no que se refere a convergência com os IFRS (Santos & Calixto, 2010). Sendo assim, entende-se que a citada lei é também um tema interdisciplinar (Cardoso et al., 2009), pois permeia, dando norte e influenciando em diversos outros assuntos que tem relação direta ou próxima com o campo do conhecimento contabilidade, como por exemplo: conservadorismo contábil (Santos et al., 2011), demonstrações contábeis (Macêdo et al., 2011), disclosure ambiental (Bremenkamp, Almeida & Pereira, 2011), informação contábil (Silva, Haussmann & Beuren, 2012), indicadores econômico-financeiros (Cunha et al., 2013).

Diante do exposto, e compreendendo que a Lei 11.638/07 é um marco regulatório que situa a convergência do Brasil às normas internacionais de contabilidade (Santos et al., 2011), este estudo trará a questão de pesquisa: Qual o perfil e o crescimento da produção acadêmica do tema “Lei 11.638/07” divulgada em periódicos da área contábil durante o período de 2008 a 2014?

Esta questão de pesquisa contribui para identificar informações sobre o estado da arte pertinente ao tema ora analisado. Evidencia um cenário recente sobre a mencionada temática, contribuindo para um consequente aperfeiçoamento, maximização e maior socialização do assunto Lei 11.638/07 na literatura científica nacional. Alinhada a questão de pesquisa, o objetivo deste estudo foi analisar a produção acadêmica do tema “Lei 11.638/07” divulgada em periódicos da área contábil durante o período de 2008 a 2014. Iniciar o citado estudo em 2008, é justificado pois a Lei 11.638/07, apesar de ter sido sancionada em 28 de dezembro de 2007 (Cardoso et al., 2009; Macedo et al., 2011; Gonçalves et al., 2014), só entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008 (Fuji, 2008; Murcia et al., 2013; Gonçalves et al., 2014).

Apesar de já existirem estudos da produção científica sobre temas que se relacionam diretamente com o assunto “Lei 11.638/07”, tais como: Tavares et al. (2010), Coelho, Niyama e Rodrigues (2011), Reina, Varolo e Gozer (2011), Teodoro et al. (2011), Ikuno et al. (2012), Martins, João e Marion (2012), Lunedo et al. (2014), Ribeiro (2014b), Ikuno e Niyama (2015), nenhum destes trabalhos focou diretamente o que esta pesquisa se propõe a analisar, sendo com isso relevante sua realização e consequentemente importante sua contribuição para a literatura acadêmica nacional para o campo do conhecimento contábil e afins.

Explica-se pesquisar a produção científica da Lei 11.638/07 em periódicos por entender e compreender que é uma das formas mais respeitáveis de disseminação do conhecimento científico e que a publicação de manuscritos em revistas científicas concebe parte ativa do fluxo de informações originado da pesquisa acadêmica (Murcia & Borba, 2008). Neste contexto, observa-se que a investigação do conhecimento acadêmico na área contábil tem crescido, sobretudo a partir do ano de 2000 (Costa & Lustosa, 2014). Com isso, realça-se que, para este estudo, serão analisadas as revistas da área de contabilidade, sendo preponderante o mapeamento nestes tipos de revistas especializadas, pois permite um melhor entendimento e compreensão da produção científica de determinado assunto contábil (Murcia & Borba, 2008), que, neste caso, é a Lei 11.638/07.

Ressalta-se que para se responder a questão de pesquisa deste trabalho, foram usadas as técnicas de análise bibliométrica e de rede social (Ribeiro, 2014a), sendo que esta última, focou também a análise two-mode (Ribeiro, 2013). Para os dados bibliométricos, foram aferidos os indicadores: periódicos em destaque, autores, IESs e temas em destaque. Para a análise de redes, foram calculados os índices: redes de coautoria, rede social das IESs, rede two-mode: autores e IESs e rede two-mode: autores e temas em destaque.

2. Fundamentação teórica

Esta seção colocará em evidência a Lei no 11.638/07, além de contemplar pesquisas que focaram em seu bojo a produção científica de assuntos que tinham relação direta com o tema principal deste trabalho.

2.1. Lei 11.638/07

A normatização contábil no Brasil tem sua raiz não somente na Lei 6.404/76 (Geron, 2008), que decidiu as regras contábeis para as Sociedades Anônimas (Cardoso et al., 2009), mas também na legislação fiscal (Ferreira, Niyama & Mendes, 2008), mediante o Regulamento do Imposto de Renda, pelas instruções, deliberações, ofícios circulares e outros documentos da CVM, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade divulgadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e, até mesmo, pelo Novo Código Civil. Além desse conjunto de órgãos normatizadores, têm ainda as regras determinadas por agências federais reguladoras como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), por exemplo, não se esquecendo do Banco Central do Brasil (BCB), que tem capacidades para deliberar regras para as instituições financeiras (Geron, 2008).

Em 2005 foi criado o CPC (Carvalho, Costa & Oliveira, 2010; Lemes & Carvalho, 2009; CPC, 2015), com o objetivo de realizar estudos, organizar e divulgar pronunciamentos técnicos para consentir a emissão de normas pelo órgão regulador nacional, levando sempre em relevância a convergência da contabilidade brasileira aos padrões contábeis internacionais (Santos et al., 2011). E, finalmente, em dezembro de 2007, a Lei n. 11.638 alterou substancialmente a Lei 6.404/76 principalmente em suas disposições de natureza contábil, e dentre estas alterações ocasionadas pela 11.638/07, encontra-se a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) (Macedo et al., 2011).

Realça-se que somente em janeiro de 2008 a Lei 11.638/07 entrou em vigor (Fuji, 2008; Murcia et al., 2013; Gonçalves et al., 2014). Em outras palavras, a mencionada lei passou a vigorar para as demonstrações financeiras do exercício social iniciado a partir de 1º de janeiro de 2008, sendo que essas novas regras foram aplicadas, não somente para às demonstrações encerradas em 31 de dezembro de 2008, mas também para os demais casos de elaboração no período de 2008 de outras demonstrações financeiras previstas na lei societária (Espejo et al., 2010).

Com a promulgação da Lei 11.638/07, as normas contábeis brasileiras passaram a empregar o padrão contábil internacional (Gonçalves et al., 2014) definido pelo IASB (International Accounting Standards Board) (Machado, Macedo & Machado, 2015), mediante o IFRS (Cunha et al., 2013), seguindo um grande movimento global (Almeida et al., 2011) de harmonização das práticas contábeis (Ponte et al., 2012; Nogueira Junior et al., 2013).

Esta metodologia de harmonização das práticas contábeis brasileiras aos IFRS (Nogueira Junior et al., 2013) tem exigido das organizações a realização diversas alterações, que compreendem: adaptações das práticas nacionais atuais ao padrão internacional, contratação de treinamentos e consultorias especializadas (Cerqueira et al., 2012). Este procedimento, tem estabelecido dos profissionais de contabilidade (Oliveira & Lemes, 2011) um valor adicional sobre o método de aplicação das regras contábeis para a divulgação de informações (Cerqueira et al., 2012).

Em suma, a publicação da Lei 11.638/07 (Pinto et al., 2014) e consequentemente a introdução de novos padrões contábeis (Macedo et al., 2011) para reconhecimento, aferição e evidência das informações econômico-financeiras (Cosenza & Laurencel, 2011) constitui-se num forte desafio para a comunidade contábil do Brasil (Ambrozini, 2014), já que ocasiona consideráveis alterações de procedimento na conduta técnica profissional e implica em acentuadas modificações no conjunto regulatório (Cosenza & Laurencel, 2011) e nas práticas contábeis brasileiras (Gomes, Souza & Lunkes, 2014), como por exemplo: no arrendamento mercantil (Klann et al., 2009), nos ativos intangíveis (Igarashi, Tognon & Igarashi, 2011), no conservadorismo contábil (Santos et al., 2011), nas demonstrações contábeis (Macêdo et al., 2011), nos indicadores econômico-financeiros (Lindner, Cunha & Faveri, 2013), dentre outros.

Diante do cenário, observam-se que, nos últimos cinco anos, alguns trabalhos bibliométricos sobre temas relacionados diretamente as normas internacionais de contabilidade e consequentemente focando no assunto "Lei 11.638/07" foram sendo publicados e evidenciados em revistas nacionais. Diante do contexto, versam-se, a seguir, alguns destes estudos que poderão ser essenciais para adolecer, acender e robustecer as discussões dos resultados deste estudo.

Tavares et al. (2010) identificaram o perfil da pesquisa em contabilidade internacional nas dissertações e teses nacionais evidenciadas no banco de dados de teses e dissertações (BDTD) entre 1999 e 2008. Constataram que o perfil da pesquisa em contabilidade internacional é caracterizado predominantemente por trabalhos comparativos de normatizações.

Coelho, Niyama e Rodrigues (2011) analisaram a situação da informação contábil com a adoção dos IFRS, mediante artigos publicados em revistas internacionais que tratam da influência dos IFRS sobre a qualidade da informação contábil. Concluíram que o impacto dos IFRS de maneira

geral pode ser qualificado como positivo, sendo este resultado variável.

Reina, Varolo e Gozer (2011) delinearum um panorama da produção científica em normas internacionais de contabilidade produzidas após o ano de 2001. Observaram uma concentração no tema "adoção e divergência", o que pode ser visto, sobretudo, com as normas emitidas pelo IASB, em 61% dos artigos identificados. No ano 2010 houve o maior número de publicações, ou seja, 25% dos manuscritos relacionados. Concluíram que existe muito a se produzir acerca das normas internacionais de contabilidade e, que para tanto, será imprescindível à utilização dos periódicos científicos para a sua validação.

Teodoro et al. (2011) realizaram a bibliometria da produção acadêmica dos últimos dez anos alusivo ao processo de harmonização, aos procedimentos contábeis internacionais, ou de estudos correlatos a este assunto. Concluíram que a produção acadêmica no que se refere ao processo de harmonização das normas internacionais ocorreu mais densamente a partir do período de 2006, tanto no ambiente brasileiro quanto no internacional.

Ikuno et al. (2012) fizeram uma análise da produção científica sobre o tema contabilidade internacional em periódicos internacionais da área contábil de 2000 a 2009. Verificaram que a principal temática dos estudos identificados e publicados em revistas internacionais foi "diferenças internacionais e implicação no financial reporting", concebendo 42,67% do total de papers, seguido de "mensuração da convergência" (13,33%) e "impacto da adoção dos IFRS" (13,33%).

Martins, João e Marion (2012) identificaram o que está sendo pesquisado sobre IFRS. Observaram que os autores mais produtivos não são necessariamente os mais influentes, o que se repetiu no que tange aos periódicos identificados. A grande maioria da produção científica sobre IFRS ocorreu a partir do ano de 2006 e os países que se destacaram, em termos quantitativos, foram Estados Unidos, Alemanha, Austrália e Inglaterra.

Lunedo et al. (2014) identificaram as principais características das publicações contábeis nacionais nas revistas com extrato Qualis Capes A1, A2 e B1, relacionadas aos IFRS e aos pronunciamentos contábeis, no período de 2008 a 2013. Constataram que as principais discussões que permeiam as divulgações nacionais em contabilidade relacionadas às normas internacionais e aos pronunciamentos contábeis nas revistas brasileiras de impacto mais elevado referem-se aos "efeitos e impactos da adoção dos padrões IFRS", concebendo 60,47% das pesquisas publicadas. Em suma, os resultados advertem para a baixa inclusão de publicações nacionais sobre IFRS e pronunciamentos contábeis em meios de comunicação de elevado fator de impacto.

Ribeiro (2014b) investigou o perfil e o crescimento, no período de 1999 a 2013, das publicações acadêmicas sobre contabilidade internacional em revistas brasileiros classificadas com notas A1, A2, B1 e B2, pela Qualis Capes das áreas de Administração, Contabilidade e Turismo (triênio 2010-2012). Constatou que o número de publicações sobre o tema em investigação teve maior crescimento a partir do ano de 2007; houve predominância de manuscritos publicados em parceria; a Universidade de São Paulo (USP) foi a IES mais profícua; constatou-se uma baixa densidade e uma alta centralidade de grau nas redes sociais analisadas; e os temas: evidência das informações, harmonização contábil, convergência contábil, disclosure e Generally Accepted Accounting Principles in the United States (US GAAP) foram os mais publicados.

Henrique César Melo Ribeiro

Ikuno e Niyama (2015) caracterizaram as pesquisas em contabilidade internacional publicadas nos principais periódicos internacionais contábeis de língua inglesa durante o período de 2000 a 2010. Observaram que 80% do total de pesquisas tinham caráter descritivo e 20% prescritivo. Os delineamentos mais utilizados foram o “experimento empírico”, em seu sentido abrangente; seguido por artigos que utilizavam “múltiplos métodos” e “pesquisas documentais”. A abordagem metodológica positivista representa 35% do total de artigos e a empirista 31%, totalizando mais da metade dos artigos.

Observando os nove estudos contemplados anteriormente, que procuraram nortear análises das produções científicas de temas relacionados as normas internacionais de contabilidade, observou-se uma afinidade e, ao mesmo tempo, uma conexão entre estes trabalhos no que se refere aos dados e as informações evidenciadas. Verificou-se também ser relevante a maneira e a habilidade que estes nove estudos foram realizados e posteriormente publicados, criando valor e permitindo um maior conhecimento sobre o tema: normas internacionais de contabilidade e correlatos. Entretanto, mesmo averiguando a acuidade destas pesquisas, ainda assim, existem gaps, sobretudo no que tange ao não foco dos mesmos para com o assunto “Lei 11.638/07” de maneira mais veemente e densa. Neste panorama, o atual estudo, vem para contribuir, mensurando dados e criando informações recentes e com uma temporalidade de tempo satisfatória, incorporando e enriquecendo os estudos anteriormente relatados.

Este trabalho, focará em uma investigação nos principais periódicos da área de contabilidade do Qualis Capes, utilizando os extratos C a A1, de 2008 a 2014, durante o triênio 2010-2012. Com isso, o atual estudo aclarará dados e informações contemporâneas, ao entender que o triênio 2010-2012 é o mais atual, viabilizando suscitar uma produção científica robusta e nova do tema “11.638/07” em seu integral estado da arte.

3. Procedimentos metodológicos

O objetivo deste estudo foi analisar a produção acadêmica do tema “Lei 11.638/07” divulgada em periódicos da área contábil durante o período de 2008 a 2014. Para tanto, utilizou-se as técnicas de análise bibliométrica e de rede social (Ribeiro, 2014a). Realça-se que a técnica two-mode (Ribeiro, 2013) também foi evidenciada neste estudo, a fim de aperfeiçoar as análises de redes sociais.

Os estudos bibliométricos visam explorar a literatura acadêmica existente com um anexo de propósitos viáveis como seja, identificar a estrutura intelectual de uma área do conhecimento (Ramos-Rodríguez, Ruiz-Navarro, 2004), a influência de um pesquisador (Reis et al., 2013), a produção acadêmica em um assunto (Ferreira et al., 2014), os acadêmicos e/ou Instituições de Ensino Superior (IESs) mais prolíficas (Ribeiro, 2014a), entre outros. Assim, os trabalhos bibliométricos são especialmente favoráveis para acrescentar um norte do estoque do saber vivente num campo do conhecimento, disciplina ou tema (Bufrem & Prates, 2005).

Existem três autores que balizam as técnicas da bibliometria, são eles: Bradford, Lotka e Zipf (Burrell, 2001). Cada um destes pesquisadores pode ser conectado com uma lei específica de forma concomitante. A Lei de Bradford, aceita, por meio da mensuração da produtividade dos periódicos, estabelecer o núcleo e os campos de dispersão sobre um determinado tema em um mesmo conjunto de periódicos (Vanti, 2002; Beuren & Souza, 2008). Já a Lei de Lotka foca mediante a aferição a produtividade dos pesqui-

sadores, por meio de um modelo de distribuição tamanho-frequência dos vários autores em um conjunto de estudos acadêmicos (Vanti, 2002). E a Lei de Zipf, que calcula a frequência do aparecimento das palavras em vários textos gerando uma lista organizada de termos de uma determinada disciplina (Egghe, 1999).

Salienta-se que a bibliometria se aproveita das técnicas de análise sociométrica (rede social) para melhor se fazer compreender nas características de coautoridade, densidade e centralidade de grau (Francisco, 2011). Diante deste panorama, entende-se que a análise sociométrica baseia-se, essencialmente, na teoria de grafos e permitem analisar a estrutura e as relações da rede social como um todo. No cenário de uma rede social, os resultados dessa análise são essenciais para o entendimento e compreensão de diversas características relacionadas com a colaboração das redes dos atores (Bordin, Gonçalves & Todesco, 2014), isto é, pesquisadores e IESs, especialmente sobre os manuscritos do tema “Lei 11.638/07” publicados e evidenciados nos periódicos da área de contabilidade (Tabela 1), que é um dos objetivos deste trabalho.

Realça-se que determinados elementos que são importantes para a análise sociométrica e que se fazem carro-chefe para o melhor entendimento desta técnica na análise da produção científica do assunto “Lei 11.638/07”. Graficamente, uma rede social é similar a uma teia, constituída por um conjunto de nós relacionados, e estes nós são concebidos pelos pontos de conexão dos atores (Ducci, Teixeira, 2011). Os nós neste estudo simularam os atores (pesquisadores e IESs), e os laços são desenvolvidos a partir da amarração entre os atores (Martins et al., 2010).

Outro componente é a densidade, pois é uma das mais comuns aferições na análise sociométrica (Albuquerque Filho & Machado-da-Silva, 2009), pois é o grau de acuidade da conexão dos atores da rede social, e com sua mensuração contribui para a formulação de conjecturas sobre as informações que norteiam a rede social (Mello, Crubellate & Rossoni, 2010). Diante do exposto, contempla-se outro elemento relevante para a análise sociométrica, a centralidade, pois é um dos componentes de redes usado com grande constância.

Existem três formas comuns usadas para aferir a centralidade: a centralidade de grau (degree); a centralidade de proximidade (closeness); e a centralidade de intermediação (betweenness) (Rossoni & Guarido Filho, 2009). Neste trabalho, será focado apenas o degree, por ocasião da mesma calcular o número de laços que um ator possui com outros atores em uma rede social (Rossoni & Guarido Filho, 2009). Realça-se que quanto maior o degree, maior a influência de um ator (autor e IESs neste caso) sobre outros atores que dele dependem para executar a troca de conhecimento (Rossoni & Guarido Filho, 2009).

Ainda contemplando a sociometria, ressalva-se a técnica de análise two-mode que é considerada com uma matriz bipartite, ou seja, de dois modos que é utilizado nos casos em que tem mais de um grupo de atores. Nesta configuração cada grupo de ator se dispõe em um dos eixos da matriz de relacionamento. Salienta-se que a natureza dos dois grupos de atores até pode ser igual, porém, os papéis cumpridos são diferentes (Machado Júnior, 2012).

Para se analisar a pesquisa bibliométrica e sociométrica sobre o tema “Lei 11.638/07”, foram nomeadas as revistas nacionais classificadas com a nota A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C pela Qualis Capes da área de Contabilidade (triênio 2010-2012). Estes bancam os extratos superiores de cálculo. Realça-se que a relação dos perí-

odos em que a Capes disponibiliza suas informações é categorizada em triênios e o triênio 2010-2012 é o mais atual (novo), de acordo com o site da Capes (Capes, 2015), com isso, este foi usado para se realizar a análise da produção científica da temática “Lei 11.638/07” publicada nas revistas nacionais durante o período de 2008 a 2014. Sendo assim, chegou-se à relação contemplada na Tabela 1.

Tabela 1: Classificação dos periódicos, triênio (2010-2012)

Periódico	Sigla	ISSN	Qualis
Brazilian Business Review			
BBR	1807-734X	A2	
Revista Contabilidade & Finanças (USP)			
RC&F	1808-057X	A2	
Revista BASE da Unisinos			
BASE	1984-8196	B1	
Contabilidade Vista & Revista			
CV&R	0103-734X	B1	
Custos e @gronegócio on line			
Custos	1808-2882	B1	
Revista Brasileira de Gestão de Negócios			
RBGN	1806-4892	B1	
Revista Contemporânea de Contabilidade			
RCC	2175-8069	B1	
Revista de Contabilidade e Organizações			
RCO	1982-6486	B1	
Revista Universo Contábil			
RUC	1809-3337	B1	
Advances in Scientific and Applied Accounting			
ASAA	1983-8611	B2	
Contabilidade Gestão e Governança			
CGG	1984-3925	B2	
Revista Contemporânea de Economia e Gestão	Contextus	2178-9258	B2
Revista de Administração, Contabilidade e Economia			
RACE	2179-4936	B2	
Revista Ambiente Contábil			
Ambiente	2176-9036	B2	
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade			
REPEC	1981-8610	B2	
Revista Enfoque: Reflexão Contábil			
Enfoque	1984-882X	B2	
Sociedade, Contabilidade e Gestão			
SCG	1982-7342	B2	
ConTexto			
ConTexto	2175-8751	B3	
Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas			
Interface	1679-348X	B3	
Pensar Contábil			
Pensar	2177-417X	B3	
Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE			
RACEF	2178-7638	B3	
Revista de Contabilidade e Controladoria			
RC&C	1984-6266	B3	
Registro Contábil			
ReCONT	2179-734X	B3	
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis			
RCMCC	1984-3291	B3	
Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade			
RGFC	2238-5320	B3	
Revista de Informação Contábil			
RIC	1982-3967	B3	
Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis			
Sinergia	2236-7608	B3	
Revista da Associação Brasileira de Custos			
ABCustos	1980-4814	B4	
Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade			
REUNIR	2237-3667	B4	
Revista Catarinense da Ciência Contábil			
RCCC	1808-3781	B4	
Revista de Contabilidade da UFBA			
RCUfba	1984-3704	B4	
Revista de Estudos Contábeis			
REC	2237-0099	B4	
Revista Mineira de Contabilidade			
RMC	1806-5988	B5	
CAP Accounting and Management			
CAPAM	2238-4901	B5	
Revista de Administração e Contabilidade da FAT			
ReAC	2177-8426	B5	
Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI			
RGCUFPI	2358-1735	-	
Revista Evidenciação Contábil & Finanças			
RECF	2318-1001	-	

Fonte: Dados da pesquisa

Henrique César Melo Ribeiro

A Tabela 1 visualiza os 37 periódicos científicos explorados neste estudo. A coleta de dados foi realizada a fim de procurar, nestas revistas científicas, artigos publicados entre 2008 a 2014. Cada um destes periódicos acadêmicos evidenciados na Tabela 1 passou por procedimento de busca de pesquisas que versassem sobre o tema “Lei 11.638/07”. Em todos os manuscritos publicados, são disponíveis mediante meio eletrônico. Os artigos considerados foram acessados diretamente dos respectivos sites destas revistas acadêmicas, sendo, que a busca foi atingida de forma especificada, para com isso, encontrar todos os estudos que apresentassem as palavras-chave: Lei 11.638/07, 11.638/07, Lei 11.638/2007 e/ou 11.638/2007, no Título, Resumo e Palavras-chave. Ressalva-se que as palavras-chave não foram pesquisadas de maneira simultânea. Este processo ocasionou que fossem eleitos todos os artigos que tivessem ao menos uma das palavras-chave antes demonstradas.

A coleta de dados identificou 48 artigos que foram analisados, de maneira quantitativa. Os dados sobre cada manuscrito foram transformados em informações e capturados por intermédio do software Bibexcel e as visualizações das figuras foram feitas por meio dos softwares UCINET 6 for Windows e Microsoft Excel 2007.

4. Análise e discussão dos resultados

Esta seção contemplará a análise e discussão dos 48 artigos identificados neste estudo.

4.1. Periódicos em destaque

A Tabela 1 evidencia os 22 periódicos (59,46% do total das revistas) que publicaram artigos sobre o assunto “Lei 11.638/07” de 2008 a 2014.

Antes mesmo de analisar os dados aferidos das revistas, é importante salientar a produção científica do assunto “Lei 11.638/07” de 2008 a 2014. O citado tema só começou a ser publicado a partir de 2009, um ano depois da lei ora investigada começar a ser vigorada (Fuji, 2008; Murcia et al., 2013; Gonçalves et al., 2014). O que mostra que os acadêmicos tiveram o ano de 2008 para entender e compreender as nuances da mencionada lei e a posteriori relaciona-la a pesquisas acadêmicas, sendo consequência suas respectivas publicações nos 22 periódicos em destaque nesta seção. Seu pico de produção ocorreu no ano de 2012, podendo ser em virtude e estar relacionado ao período em que os últimos (até agora) pronunciamentos contábeis CPCs foram emitidos (CPC, 2015).

Tabela 2: Periódicos em destaque

Periódicos/Anos	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total	%
Pensar		2		3	2			7	14,58%
RCO		1			2	1		4	8,33%
CV&R			1	2	1			4	8,33%
REPEC			1		2	1		4	8,33%
ConTexto				1		1	1	3	6,25%
RC&C			1		2			3	6,25%
Ambiente					1	1		2	4,17%
CAPAM					2			2	4,17%
RACEF						1	1	2	4,17%
RCCC		2						2	4,17%
ReCONT				1			1	2	4,17%
RIC			1	1				2	4,17%
RUC			1				1	2	4,17%
ASAA						1		1	2,08%
CGG		1						1	2,08%
Enfoque					1			1	2,08%
RC&F				1				1	2,08%
RCC		1						1	2,08%
RCMCC			1					1	2,08%
RCUfba							1	1	2,08%
REC			1					1	2,08%
SCG				1				1	2,08%
Total	0	7	7	10	13	6	5	48	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Contudo, a queda de artigos sobre o assunto “Lei 11.638/07” nos anos subsequentes (2013 e 2014), não quer dizer que a citada temática tenha entrado em declínio, ou tenha conseguido alcançar sua maturidade, haja vista que em ambas as suposições é precoce tais afirmações, porém, não é incorreto evidenciar que o mencionado tema pode ainda estar em uma fase embrionária, haja vista que ainda é um assunto muito novo na literatura acadêmica contábil, e com isso, sua fase de emergência pode ser a próxima a ser alcançada. Entretanto, é de suma importância e responsabilidade não somente dos acadêmicos da área contábil, mas também para os demais profissionais de contabilidade que este assunto se aperfeiçoe, no mercado corporativo e, sobretudo no cenário acadêmico nacional e quiçá internacional, viabilizando cada vez mais seu desenvolvimento, crescimento, difusão e socialização na literatura científica brasileira, contribuindo para seu fomento no campo do conhecimento da contabilidade e áreas afins.

No tocante a análise dos periódicos, observa-se que a revista Pensar ficou em primeiro, dentre as que publicaram sobre a temática “Lei 11.638/07”, com sete artigos. Em seguida com quatro publicações estão os periódicos: RCO, RCV&R e Repec. E com três manuscritos divulgados surgem as revistas: ConTexto e RC&C. E com duas publicações aparecem os meios de comunicação: Ambiente, CAP, Racef, RCCC, ReCont, RIC e RUC. E com apenas um paper publicado estão as revistas: ASAA, CGG, Enfoque, RC&F, RCC, RCMCC, RCUfba, REC, SCG.

As informações contempladas nesta seção vão ao encontro do que prega a Lei de Bradford (Vanti, 2002), pois mensuram o

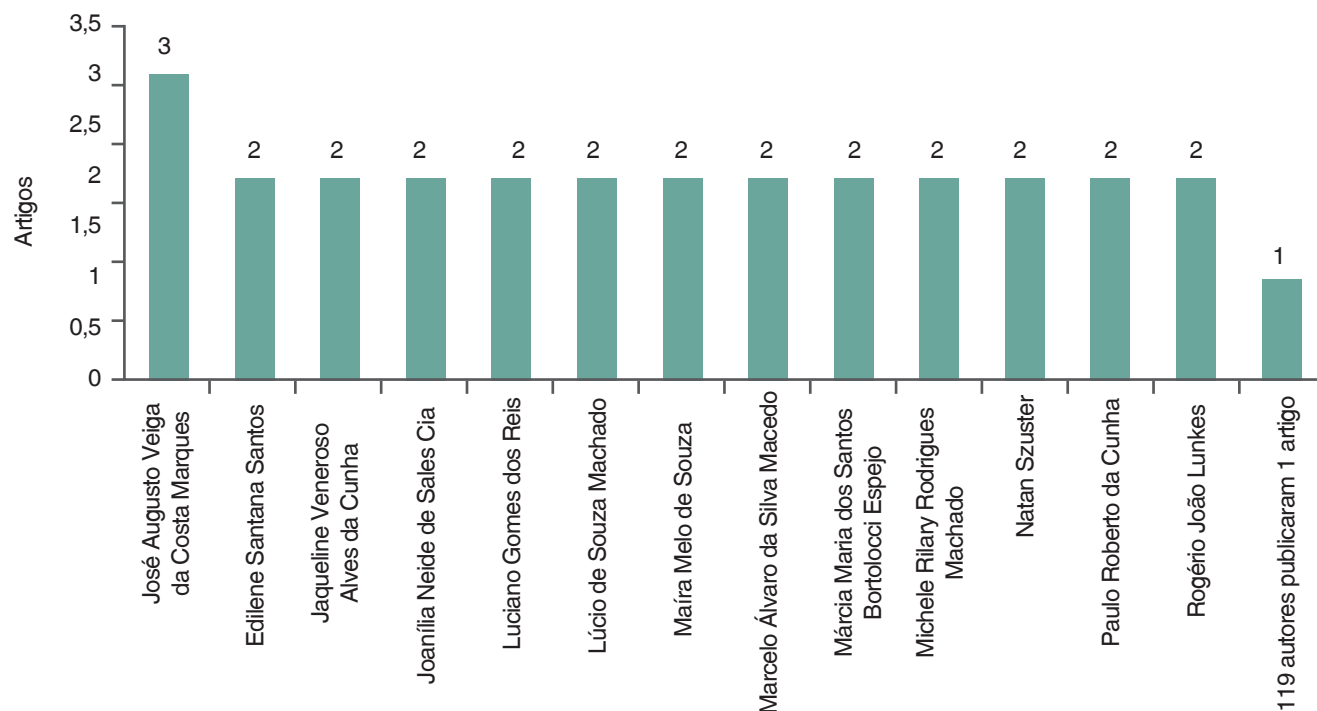
grau de valor de revistas científicas em um campo do conhecimento científico, que neste caso é a Contabilidade. Em outras palavras, os periódicos acadêmicos que divulgaram o maior número de estudos sobre o tema em questão, são eles: Pensar Contábil, Revista de Contabilidade e Organizações, Contabilidade Vista & Revista e Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, formam um núcleo de periódicos (Beuren & Souza, 2008), sendo com isso considerados balizadores e essenciais para a difusão e disseminação do conhecimento científico sobre o assunto ora analisado neste estudo.

Os achados divulgados nesta seção contribuem para evidenciar o nível de acuidade destes periódicos, não somente os mais influentes, mais os 22 em destaque, no que se referem as suas respectivas produtividades quanto ao assunto em investigação. Esta seção ressalta a veemência das revistas para a comunicação do saber científico, mesmo que classificados em ordem de relevância, mas, de maneira macro, é de suma importância para a socialização do conhecimento científico, especialmente quando foca a Lei 11.638/07 que é um assunto que alicerça e coloca em ênfase o maior entendimento e compreensão dos IFRS e seu realce com a convergência das normas de contabilidade brasileiras com as internacionais (Santos & Calixto, 2010; Cunha et al., 2013; Gonçalves et al., 2014; Machado, Macedo & Machado, 2015).

4.2. Autores

A Figura 1 ressalta os 132 autores identificados neste estudo, colocando em foco os 13 mais profícuos.

Figura 1: Autores



Fonte: Dados da pesquisa

Henrique César Melo Ribeiro

José Augusto Veiga da Costa Marques foi o que mais publicou sobre a temática “Lei 11.638/07” de 2008 a 2014. E com duas publicações aparecem os pesquisadores: Edilene Santana Santos, Jacqueline Veneroso Alves da Cunha, Joanília Neide de Sales Cia, Luciano Gomes dos Reis, Lúcio de Souza Machado, Maíra Melo de Souza, Marcelo Álvaro da Silva Macedo, Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo, Michele Rilany Rodrigues Machado, Natan Szuster, Paulo Roberto da Cunha e Rogério João Lunkes. Ressalta-se também que 90,15% do montante dos acadêmicos, publicaram apenas um artigo.

Tal achado remete e vai ao encontro do que manifesta a Lei de Lotka, que é a produtividade dos autores (Vanti, 2002), especialmente, no que se refere a evidenciar que poucos pesquisadores costumam publicar muito e muitos acadêmicos costumam divulgar poucos estudos sobre determinado tema (Ribeiro, 2014b), que nesta pesquisa se coloca em evidencia a Lei 11.638/07.

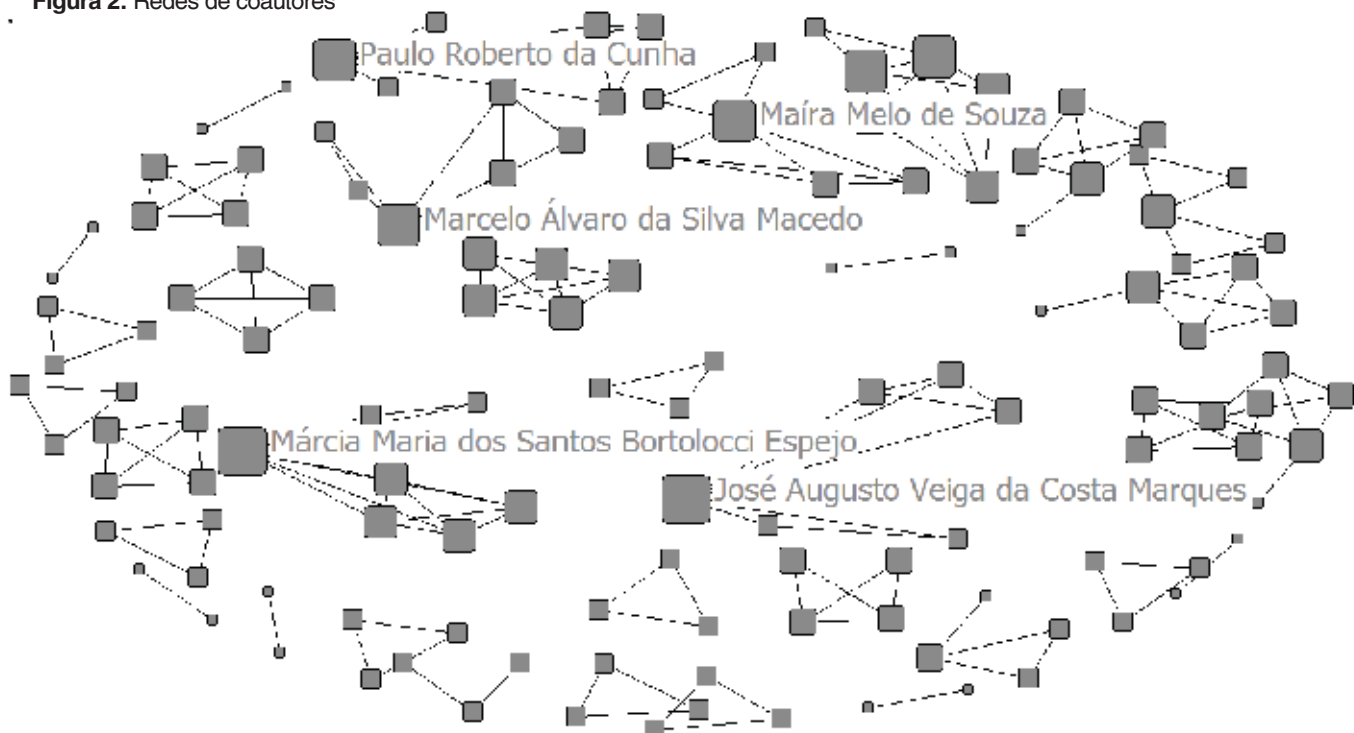
Os resultados vislumbrados nesta seção contribuem para ajudar a entender e vão ao encontro do que foi descrito na seção anterior deste estudo no que tange a evidenciar que o assunto ora

em investigação ainda é insipiente na literatura científica brasileira em decorrência da quantidade de autores que já publicaram e/ou publicam estudos sobre a citada lei. Porém, é fato que a Lei 11.638/07 ainda é um tema novo na área contábil e em virtude disso, poderá em pouco tempo se tornar emergente, através das futuras e novas publicações sobre este assunto. Contudo, reforça-se a importância que os autores mais profícuos, neste estudo, têm na fomentação, difusão e socialização desta temática, a fim de que ela se legitime e se perpetue, gerando novos trabalhos e quiçá alavanque novas possibilidades, de aperfeiçoamento da citada lei no processo de convergência contábil das normas internacionais de contabilidade, impactando consequentemente não somente no cenário empresarial, mas também no âmbito acadêmico nacional, robustecendo o campo do conhecimento contábil.

4.3. Redes de coautoria

A Figura 2 visualiza a rede de coautoria dos 132 pesquisadores identificados neste trabalho, colocando em ênfase os acadêmicos com maior degree.

Figura 2: Redes de coautores



Fonte: Dados da pesquisa

A rede de coautoria deste estudo foi calculada em 0,0198, o que corresponde dizer que apenas 1,98% dos 132 pesquisadores deste estudo interagem. E este intercâmbio é realizado mediante vários conjuntos de atores, contudo, estes grupos de pesquisa mesmo que tendo uma quantidade relativamente interessante, não influencia em uma densidade maior na citada rede em análise. Esta informação, ajuda ainda mais a entender e compreender o porque do tema “Lei 11.638/07” ainda ser embrionário na literatura científica no Brasil. Tal achado mostra a importância da interação entre grupos de estudos, não somente para este estudo,

para assegurar uma maior robustez ao tema ora explorado, mas também para o campo do conhecimento contábil como um todo.

Entretanto, é conveniente realçar e lembrar que o mencionado assunto em questão nesta pesquisa, por ainda ser bem recente na literatura acadêmica brasileira, requer maior tempo para sua definitiva evolução e posteriormente maturidade. Contudo, reforça-se a estima que os acadêmicos, sobretudo da área contábil tem para que isso ocorra, pois, por meio destes, qualquer tema, especificamente os mais novos, se desenvolvem, se difundem e se disseminam, ajudando com isso a criar valor ao campo do conhecimento em que eles (temas) tem conexão.

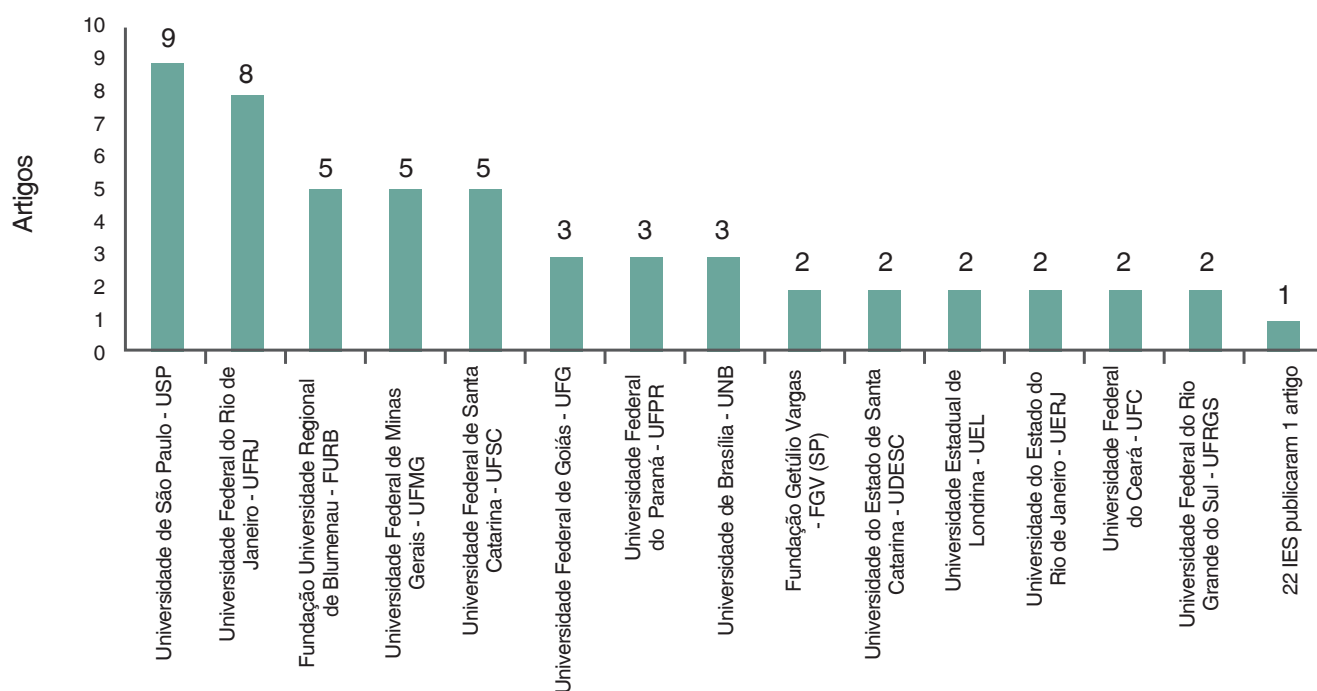
Neste foco, salientam-se os autores: José Augusto Veiga da Costa Marques, Maíra Melo de Souza, Marcelo Álvaro da Silva Macedo, Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo e Paulo Roberto da Cunha, pois, além de serem e consequentemente comporem o rol dos acadêmicos mais profícuos deste trabalho, também aparecem como os articulistas com maior centralidade de

grau, ajudando assim a aperfeiçoar, evidenciar e socializar melhor o tema "Lei 11.638/07" no contexto acadêmico contábil brasileiro.

4.4. IESs

A Figura 3 mostra as 36 IESs relacionadas neste trabalho, colocando em evidência as 14 com maior produção sobre o tema ora em análise.

Figura 3: IESs



Fonte: Dados da pesquisa

A USP se destacou neste trabalho, como a IESs mais profícuas, com nove publicações. Ribeiro (2014b) em seu estudo também realçou a USP como a mais produtiva, agora no que se refere ao tema contabilidade internacional. Ainda analisando a Figura 3, salienta-se a UFRJ com oito artigos divulgados. Com cinco papers estão as instituições: FURB, UFMG e UFSC. Já as IESs: UFG, UFPR e UNB, divulgaram três manuscritos cada. E com dois, tem as instituições de ensino: FGV (SP), UDESC, UEL, UERJ, UFC e UFRGS. Dentre estas 14 IESs em destaque, seis são da região Sul, cinco são da região Sudeste, duas da região Centro Oeste e uma da região Nordeste. Este achado, relacionado às IESs, mostra que o tema ora em investigação ainda é bem mais frequente sua publicação nas Unidades da Federação mais ricas do Brasil, demonstrando a impor-

tância destas para a difusão e socialização do conhecimento científico de temas voltados a área contábil, em especial a Lei 11.638/07 que é o foco deste estudo.

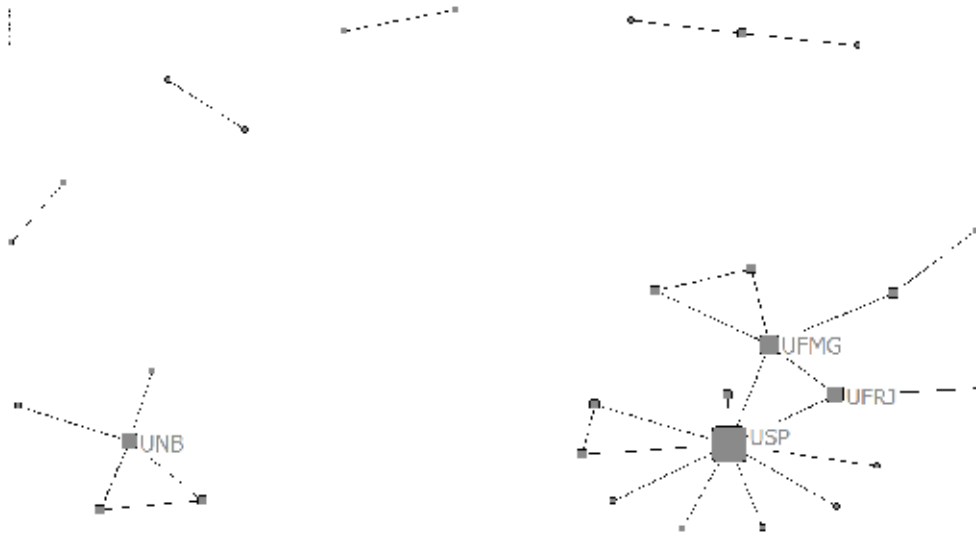
Resultados evidenciados nesta seção contribuem para o melhor entendimento e compreensão da acuidade e da influência das IESs no contexto científico brasileiro, principalmente aquelas que possuem Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC), no Brasil (Costa & Lustosa, 2014) que é o caso, por exemplo, das cinco IESs mais prolíferas deste trabalho, que foram: USP, UFRJ, FURB, UFMG e UFSC. Tal afirmação é corroborada no estudo dos autores Costa e Lustosa (2014), os quais colocam em evidência estas mesmas IESs no que tange a produção científica dos docentes dos programas de pós-graduação em contabilidade.

Henrique César Melo Ribeiro

4.5. Rede social das IESs

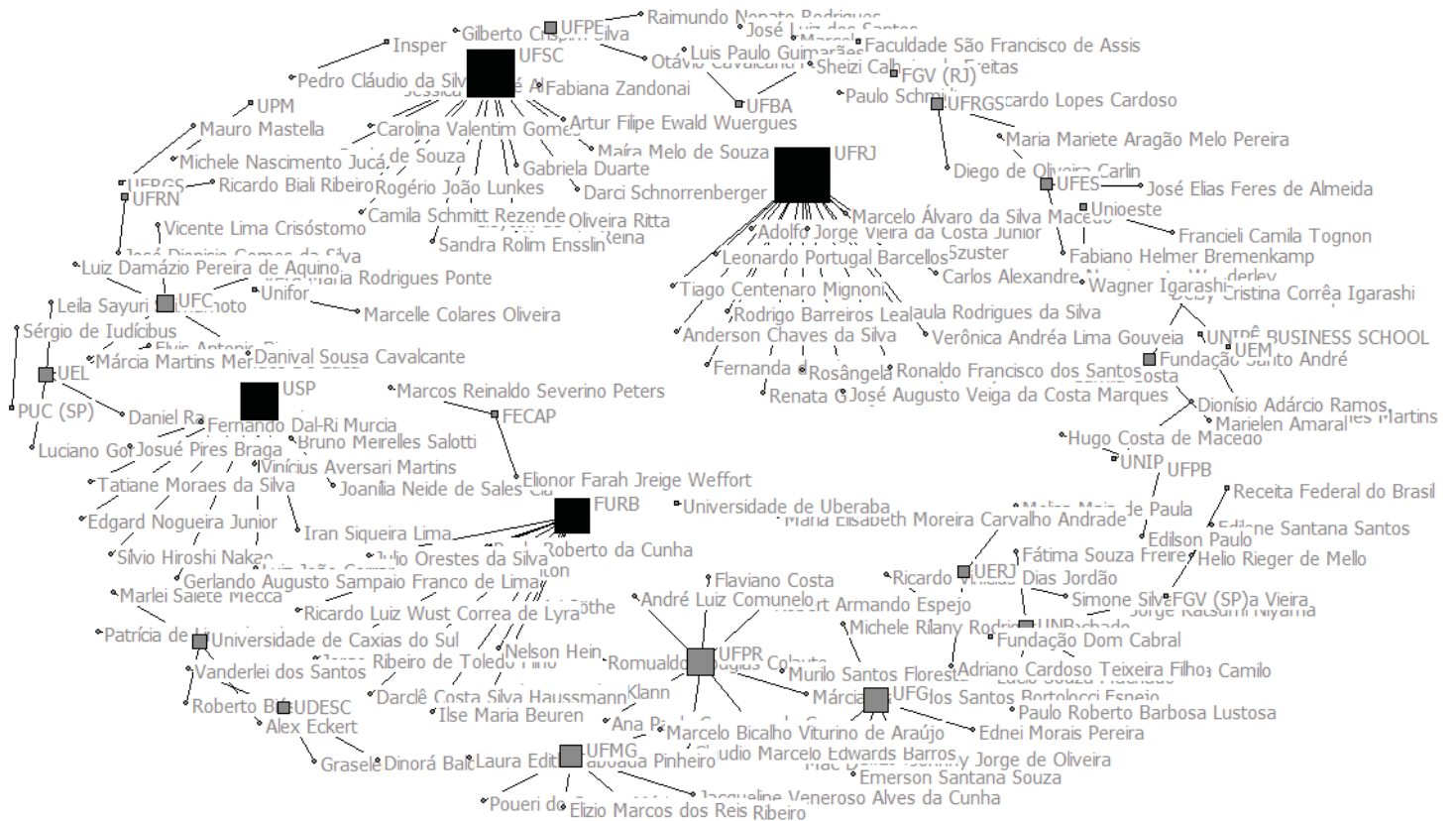
A Figura 4 visualiza a rede social das 36 IESs identificadas nesta pesquisa, enfocando as IESs com maior centralidade de grau.

Figura 4: Rede social das IESs



Fonte: Dados da pesquisa

Figura 5: Rede two-mode dos autores e das IESs



Fonte: Dados da pesquisa

Verificando a Figura 4, é observado que a rede social das 36 IESs deste trabalho é bem dispersa, sendo subdividida em seis conjuntos de IESs, além das seis instituições que não tiveram parceiras em suas respectivas publicações (localizadas no canto superior esquerdo da citada figura). Destes seis grupos de IESs, dois se destacam, o primeiro com a UNB como sendo a instituição mais influente e o segundo e maior, colocando em ênfase, ou seja, com maior degree as IESs: USP, UFMG e UFRJ. É interessante notar que estes grupos, versam quatro das 14 IESs de destaque neste estudo (vide Figura 3), sendo que o conjunto de instituições maior, tem três IESs que estão

classificadas entre as cinco mais profícuas desta pesquisa. Este resultado contribui, pois ajuda a entender e compreender a relevância destas quatro IESs no contexto acadêmico brasileiro, no que tange a produção científica do tema “Lei 11.638/07”. Salieta-se que a UNB também possui seu PPGCC (Costa & Lustosa, 2014).

4.6. Rede two-mode: autores e IESs

A Figura 5 versa uma rede two-mode (Ribeiro, 2013), que contempla dois grupos de atores (Machado Júnior, 2012), ou seja, os 132 autores identificados e as 36 IESs relacionadas neste trabalho, em conjunto.

Tabela 3: Temas em destaque

Temas/Anos	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total	%
Ativos intangíveis		1	1	2	2			6	12,50%
Convergência contábil			1		3		2	6	12,50%
Impairment		1		2	1	1		5	10,42%
Demonstrações contábeis				2	1	1		4	8,33%
Informação contábil			1		1	1		3	6,25%
Arrendamento mercantil		2						2	4,17%
Ativos imobilizados					1		1	2	4,17%
Evidenciação contábil				2				2	4,17%
Indicadores econômico-financeiros						2		2	4,17%
Normas internacionais de contabilidade			2					2	4,17%
Ativos biológicos					1			1	2,08%
Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)					1			1	2,08%
Conservadorismo contábil				1				1	2,08%
Disclosure ambiental				1				1	2,08%
Ensino e pesquisa em Contabilidade			1					1	2,08%
Governança corporativa					1			1	2,08%
Harmonização contábil		1						1	2,08%
Leasing financeiro							1	1	2,08%
Parcerias Público-Privadas (PPP)		1						1	2,08%
Práticas contábeis							1	1	2,08%
Regime tributário						1		1	2,08%
Regulação contábil			1					1	2,08%
Resultados contábeis					1			1	2,08%
Sociedades Anônimas		1						1	2,08%
Total	0	7	7	10	13	6	5	48	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Henrique César Melo Ribeiro

Analisando a Figura 5, verifica-se que as IESs: UFRJ, UFSC, USP e FURB se destacaram, por terem respectivamente, uma quantidade maior de autores vinculados as mesmas, influenciando conseqüentemente na produção científica destas IESs neste trabalho. Novamente, coloca-se à tona estas IESs, em especial a USP e a UFRJ, pois, além de se destacarem aqui, também ficaram em evidência como instituições mais profícuas e com maior degree. Achados desta seção também contribuem para observar além da relevância e relevo destas IESs para a literatura científica contábil a importância e valor dos autores no fomento e na difusão do assunto “Lei 11.638/07”, impactando posteriormente no alargamento e robustez do campo do conhecimento contabilidade. Ribeiro (2013) em seu trabalho, corrobora de maneira similar com os achados evidenciados aqui, no que tange a rede two-mode de autores e IESs em conjunto.

4.7. Temas em destaque

A Tabela 3 contempla as 24 temáticas identificadas neste trabalho, que tem relação direta com o tema principal em estudo, ou seja, Lei 11.638/07.

As temáticas: ativos intangíveis e convergência contábil, relacionadas ao tema “Lei 11.638/07” foram as mais publicadas neste estudo, ambas com seis artigos. No que tange ao tema convergência contábil, seu destaque neste estudo, se deu em virtude de ser um assunto considerado um procedimento que ocorre no nível dos emissores de normas contábeis que procuram abordar um estado de harmonização formal, aferindo o aumento (ou não) da aproximação, ao longo de uma temporalidade, de dois conjuntos de normas contábeis que se disponham a calcular a mesma coisa (Lemes & Carvalho, 2009).

Figura 6: Rede two-mode dos autores e dos temas em destaque



Fonte: Dados da pesquisa

A temática ativos intangíveis, foi uma das mais publicadas neste estudo em decorrência da mesma ter entrado em vigor em 2008 (Leite & Pinheiro, 2014), e por ela exercer um papel realçado e de seriedade no cenário econômico internacional, especialmente no contábil (Crisóstomo, 2009), sendo imprescindível sua convergência com as normas internacionais de contabilidade com as normas contábeis brasileiras (Leite & Pinheiro, 2014).

O assunto impairment, em outras palavras, redução ao valor recuperável do ativo (Mazzioni et al., 2014), também ficou em destaque nesta pesquisa, pois foi publicado em cinco artigos. Seu relevo, pode ser em virtude de sua importância na aferição de ativos, como exemplo de novos processos oriundos da aplicação das normas internacionais de contabilidade (Carvalho, Costa & Oliveira, 2010).

O tema demonstrações contábeis também ficou em relevo neste estudo, ao ser colocado em evidência em quatro estudos. Sua ênfase, pode ser em consequência de sua acuidade para com a convergência contábil internacional, pois a mesma abrangeu o grau de disclosure das demonstrações contábeis das empresas de grande porte e também das sociedades por ações (Ponte et al., 2012).

E com três manuscritos publicados, surge o tema informação contábil. Tal achado, esta atrelada a importância que a convergência contábil com as normas internacionais de contabilidade tem para uma maior qualidade da informação contábil brasileira (Coelho, Niyama & Rodrigues, 2011). Em seguida com duas publicações aparecem as temáticas: arrendamento mercantil, ativos imobilizados, evidenciação contábil, indicadores econômico-financeiros e normas internacionais de contabilidade. E com uma publicação apenas, tem 14 assuntos. O que mostra que o tema objetivo de estudo deste trabalho, vislumbra grandes possibilidades de crescimento, haja vista que, além de ser um tema novo e por conseguinte embrionário na literatura acadêmica nacional, existem ainda vários assuntos, que se relacionam com o mesmo, que podem ainda ser bem mais difundidos e socializados, mediante publicações, não somente em periódicos da área contábil nacional e/ou internacional, mas também em revistas de áreas afins, sendo assim oportunidades de desenvolvimento da Lei 11.638/07, por meio de estudos futuros.

4.8. Rede two-mode: autores e temas em destaque

A Figura 6 visualiza a segunda rede two-mode desta pesquisa, agora norteando os 132 autores identificados e os 24 temas em destaque de maneira conjunta.

É interessante notar que dos cinco temas em relevo (ativos intangíveis, convergência contábil, impairment, demonstrações contábeis e informação contábil) na Figura 6, todos estão entre os cinco mais publicados neste trabalho. Vê-se com isso uma contribuição desta seção

para com os resultados deste estudo, pois versam informações que colocam e robustecem a importância e o valor da participação dos autores e/ou grupos de estudos, pois, por meio destes e suas respectivas participações atreladas a estes cinco temas em destaque e aos 19 assuntos restantes (vide Tabela 3), os ajudaram não apenas a se desenvolverem, mas também a surgirem como temáticas importantes para fomentar as discussões sobre a Lei 11.638/07 e conseqüentemente sobre a convergência das normas nacionais com as internacionais na literatura acadêmica nacional.

5. Considerações finais

O objetivo deste estudo foi analisar a produção acadêmica do tema “Lei 11.638/07” divulgada em periódicos da área contábil durante o período de 2008 a 2014. Contudo, para se chegar aos resultados, utilizou-se as técnicas de análise bibliométrica e de rede social, sendo que esta última, também usou a análise two-mode.

Os achados deste estudo, contribuíram para mostrar como o tema “Lei 11.638/07” foi sendo estudado, publicado e disseminado na literatura científica nacional, mediante os periódicos brasileiros C a A1 da área contábil. Diante deste fato, este estudo também se fez importante por colaborar para um melhor entendimento e posteriormente compreensão do assunto analisado, proporcionando evidenciar, mediante indicadores bibliométricos e sociométricos, dados e informações interessantes, essenciais e atuais sobre a Lei 11.638/07. Outra contribuição é a abertura de uma agenda de pesquisa, contribuindo para que os atuais pesquisadores do tema e os novos acadêmicos que virão, possam, por meio das informações elencadas aqui, utiliza-las para gerar novos trabalhos. Propiciando o desenvolvimento, crescimento, difusão, divulgação e socialização da citada temática, não apenas em revistas nacionais e/ou internacionais, mas também em congressos da área contábil e afins, impactando posteriormente no alargamento e robustecimento do campo do conhecimento contabilidade no cenário empresarial e sobretudo no acadêmico.

Este estudo limitou-se em analisar a produção científica do tema “Lei 11.638/07” somente nos periódicos nacionais da área contábil. Com isso, sugere-se para futuros estudos, aumentar a quantidade de revistas científicas, incorporando também os periódicos acadêmicos da área de administração, economia e finanças. Outra sugestão é aperfeiçoar os indicadores bibliométricos, por meio de técnicas de estatística multivariada, e aprimorar os índices sociométricos, mediante novos componentes de rede social, como por exemplo, centralidade de proximidade (closeness); e a centralidade de intermediação (betweenness). Aprimorar a análise dos temas deste estudo é outra sugestão, por meio de uma análise de conteúdo.

Referências

- Albuquerque Filho, J. B., & Machado-Da-Silva, C. L. (2009). Práticas organizacionais e estrutura de relações no campo do desenvolvimento metropolitano. *Revista de Administração Contemporânea*, 13(4), 626-646.
- Almeida, S. R. V., Costa, T. de A., Coutinho e Silva, A. H., & Laurencel, L. da C. (2011). Análise dos impactos das normas internacionais de contabilidade sobre o lucro líquido e o patrimônio líquido das empresas do setor de extração e processamento de recursos naturais. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 16(3), 136-156.
- Ambrozini, M. A. (2014). Análise do grau de evidenciação das operações com instrumentos financeiros derivativos pelas companhias brasileiras listadas no Ibovespa. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(24), 25-42.
- Beuren, I. M., & Almeida, D. M. (2015). Impacto da adoção das normas internacionais de contabilidade na área da controladoria. *Revista de Administração Contemporânea*, 19(3), 311-335.
- Beuren, I. M., & Souza, J. C. de. (2008). Em busca de um delineamento de proposta para classificação dos periódicos internacionais de contabilidade para o Qualis CAPES. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(46), 44-58.
- Bordin, A. S., Gonçalves, A. L. & Todesco, J. L. (2014). Análise da colaboração científica departamental através de redes de coautoria. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 19(2), 37-52.
- Bremenkamp, F. H., Almeida, J. E. F. de, & Pereira, M. M. A. M. (2011). Análise do disclosure relacionado a acidentes ambientais da Petrobras após a Lei nº 11.638/07. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 6(Especial), 67-83.
- Brito, S. S., & Ambrozini, M. A. (2014). Impactos da implementação das normas internacionais de contabilidade sobre indicadores financeiros: um estudo das empresas brasileiras com ativos biológicos. *Contabilidade Vista & Revista*, 24(3), 78-102.
- Bufrem, L., & Prates, Y. (2005). O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. *Ciência da Informação*, 34(2), 9-25.
- Burrell, Q. L. (2001) "Ambiguity" and scientometric measurement: a dissenting view. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 52(12), 1075-1080.
- Capex - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Recuperado em: < <http://qualis.capes.gov.br/webqualis>>.
- Cardoso, R. L., Saravia, E., Tenório, F. G., & Silva, M. A. (2009). Regulação da contabilidade: teorias e análise da convergência dos padrões contábeis brasileiros aos IFRS. *Revista de Administração Pública*, 43(4), 773-799.
- Carvalho, L. N. G. de, Costa, P. de S., & Oliveira, A. T. de. (2010). Impairment no setor público: particularidades das normas nacionais e internacionais. *Revista de Administração Pública*, 44(4), 839-876.
- Cerqueira, D. A. C., Rezende, A. J., Dalmácio, F. Z., & Silva, J. M. da. (2012). O impacto do reconhecimento do custo atribuído e da divulgação de impairment de ativos tangíveis e intangíveis (IFRS) sobre os preços e os retornos das ações das companhias brasileiras. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 17(3), 5-23.
- Coelho, C. M. P., Niyama, J. K., & Rodrigues, J. M. (2011). Análise da qualidade da informação contábil frente a implementação dos IFRS: uma pesquisa baseada nos periódicos internacionais (1999 a 2010). *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 6(2), 7-20.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pronunciamentos. Recuperado em: < <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>.
- Cosenza, J. P., & Laurencel, L. da C. (2011). Um olhar sobre a harmonização contábil no Brasil à luz da teoria Habermasiana. *Revista de Informação Contábil*, 5(4), 79-103.
- Costa, A. de J. B., & Lustosa, P. R. B. (2014). Rankings de los programas de posgrado en contabilidad: análisis de producción docente según publicación en revistas brasileñas (2000-2009). *Cuadernos de Contabilidad*, 15(38), 549-573.
- Crisóstomo, V. L. (2009). Ativos Intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação adotados no Brasil e em outros países. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 12(1), 50-68.
- Cunha, P. R. da, Santos, V. dos, Hein, N., & Lyra, R. L. W. C. de. (2013). Reflexos da Lei n.º 11.638/07 nos indicadores contábeis das empresas têxteis listadas na BM&FBOvespa. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 7(2), 112-130.
- Ducci, N. P. C., & Teixeira, R. M. (2011). As redes sociais dos empreendedores na formação do capital social: um estudo de casos múltiplos em municípios do norte pioneiro no estado do Paraná. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(4), 967-997.
- Egghe, L. (1999). On the law of Zipf-mandelbrot for multi-word phrases. *Journal of the American Society for Information Science*, 50(3), 233-241.
- Espejo, M. M. dos S. B., Cruz, A. P. C. da, Costa, F., Espejo, R. A., & Comunelo, A. L. (2010). Evidências empíricas do ensino no curso de ciências contábeis – uma análise das respostas às alterações provenientes da Lei 11.638/07. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 15(1), 22-39.

- Ferreira, F. R., Martinez, A. L., Costa, F. M. da, & Passamani, R. R. (2012). Book-tax differences e gerenciamento de resultados no mercado de ações do Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, 52(5), 488-501.
- Ferreira, J. B. P. D. L., Niyama, J. K., & Mendes, P. C. D. M. (2008). Critérios de mensuração e reconhecimento estabelecidos pela lei societária, normas da CVM e legislação tributária: uma pesquisa empírica nas companhias abertas brasileiras. *Pensar Contábil*, 10(40), 1-13.
- Ferreira, M. A. S. P. V., Reis, N. R., Serra, F. A. R., & Costa, B. K. (2014). Understanding the footprint of the RBV in international business studies: the last twenty years of research. *Brazilian Business Review*, 11(4), 53-83.
- Francisco, E. de R. (2011). RAE-eletrônica: exploration of archive in the light of bibliometrics, geoanalysis and social network. *Revista de Administração de Empresas*, 51(3), 280-306.
- Fuji, A. H. (2008). Contabilização de títulos e valores mobiliários: uma comparação entre as normas brasileiras, do FASB e do IASB. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(47), 112-123.
- Geron, C. M. S. (2008). Evolução das práticas contábeis no Brasil nos últimos trinta anos: da Lei no 6.404/76 à Lei no 11.638/07. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), USP, São Paulo, 300 pg.
- Gomes, C. V., Souza, P. de, & Lunkes, R. J. Práticas contábeis divulgadas por empresas de materiais básicos antes e após a vigência da Lei n. 11.638/07. *Registro Contábil*, 5(1), 148-167.
- Gonçalves, J. C., Batista, B. L. L., Macedo, M. A. da S., & Marques, J. A. V. da C. (2014). Análise do impacto do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil: um estudo com base na relevância da informação contábil. *Revista Universo Contábil*, 10(3), 25-43.
- Igarashi, D. C. C., Tognon, F. C., & Igarashi, W. Análise de demonstrativos financeiros de modo a identificar as alterações na evidenciação dos ativos intangíveis em função da Lei nº 11.638/07. *ConTexto*, 11(19), 77-88.
- Ikuno, L. M., & Niyama, J. K. (2015). Uma análise epistemológica das pesquisas em contabilidade internacional: um estudo em periódicos internacionais de língua inglesa. *Revista Ambiente Contábil*, 7(1), 109-131.
- Ikuno, L. M., Niyama, J. K., Santana, C. M., & Botelho, D. R. (2012). Contabilidade internacional: uma análise da produção científica nos principais periódicos internacionais da área - 2000 a 2009. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(15), 142-163.
- Klann, R. C., & Salla, N. M. G. (2014). Convergência voluntária às normas internacionais de contabilidade em sociedades cooperativas: correlação entre padrões e práticas. *ConTexto*, 14(26), 90-102.
- Klann, R. C., Paton, C., Cunha, J. V. A. D., & Toledo Filho, J. R. D. (2011). Impacto da contabilização do arrendamento mercantil financeiro segundo a Lei 11.638/07 nas demonstrações contábeis das empresas aéreas brasileiras. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 8(24), 81-96.
- Leite, D. U., & Pinheiro, L. E. T. (2014). Disclosure de ativo intangível: um estudo dos clubes de futebol brasileiros. *Revista Enfoque: Reflexão Contábil*, 33(1), 89-104.
- Lemes, S., & Carvalho, L. N. G. de. (2009). Comparabilidade entre o resultado em BR GAAP e U.S. GAAP: evidências das companhias brasileiras listadas nas bolsas norte-americanas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20(50), 25-45.
- Lindner, G., Cunha, P. R. da, & Faveri, D. B. de. Reflexo da adoção da Lei 11.638/07 e da medida provisória 449/08 nos indicadores econômico-financeiros das empresas listadas no segmento de fios e tecidos na BM&FBovespa. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace*, 8, 1-17.
- Lunedo, A. C. B., Kruger, S. D., Mazzioni, S., Lunedo, R., & Folletto, E. P. (2014). As Características das publicações brasileiras sobre as IFRS e os pronunciamentos contábeis em periódicos de elevado impacto. *Revista Sociais e Humanas*, 27(2), 40-57.
- Macedo, M. A. da S., Machado, M. A. V., Murcia, F. D. R., & Machado, M. R. (2011). Análise do impacto da substituição da DOAR pela DFC: um estudo sob a perspectiva do value-relevance. *Revista Contabilidade & Finanças*, 22(57), 299-318.
- Macêdo, H. C. de, Paulo, E., Martins, V. G., & Niyama, J. K. (2011). Análise da sensibilidade do resultado contábil às variações do ativo permanente ocasionadas pela Lei nº 11.638/07. *Revista de Informação Contábil*, 5(3), 43-58.
- Machado Júnior, C. (2012). A influência de pesquisadores do stricto sensu em administração na legitimação do conhecimento em sustentabilidade ambiental. Tese (Doutorado em Administração), Universidade Nove de Julho, São Paulo, 230 pg.
- Machado, M. A. V., Macedo, M. A. da S., & Machado, M. R. (2015). Análise da relevância do conteúdo informacional da DVA no mercado brasileiro de capitais. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(67), 57-69.
- Martins, A. I., João, B. N., & Marion, J. C. (2012). O perfil da pesquisa contábil sobre IFRS: uma revisão bibliométrica dos artigos internacionais sobre a matéria. *Revista Científica Hermes*, 7, 133-154.
- Martins, G. S., Rossoni, L., Csillag, J. M., Martins, M. E., & Pereira, S. C. F. (2010). Gestão de operações no Brasil: uma análise do campo científico a partir da rede social de pesquisadores. *RAE-eletrônica*, 9(2), 1-26.
- Mazzioni, S., Politelo, L., Moreira, W. J., & Klann, R. C. (2014). Fatores determinantes na evidenciação da redução ao valor recuperável de ativos (impairment test) em empresas listadas na BM&FBovespa. *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 11(4), 276-291.

Mello, C. M. de, Crubellate, J. M. & Rossoni, L. (2010). Dinâmica de relacionamento e prováveis respostas estratégicas de programas brasileiros de pós-graduação em administração à avaliação da capes: proposições institucionais a partir da análise de redes de co-autorias. *Revista de Administração Contemporânea*, 14(3), 434-457.

Murcia, F. D. R., & Borba, J. A. (2008). Possibilidades de inserção da pesquisa contábil brasileira no cenário internacional: uma proposta de avaliação dos periódicos científicos de contabilidade e auditoria publicados em língua inglesa e disponibilizados no portal de periódicos da Capes. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(46), 30-43.

Murcia, F. D. R., Souza, M. M. de, Wuergues, A. F. E., & Duarte, G. (2013). Realização ou estorno da reserva de reavaliação: fatores determinantes da escolha das companhias abertas no Brasil após o advento da lei 11.638/07. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 6(1), 112-133.

Nascimento, S. G. O. de A. S. do, Lopes, J. E. do G., Colauto, R. D., & Pederneiras, M. M. M. (2014). Colonização da contabilidade: um estudo sobre o processo de convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais. *Revista Ambiente Contábil*, 6(2), 134-151.

Nogueira Junior, E., Jucá, M. N., Silva Macedo, M. Á. da, & Corrar, L. J. (2013). Início da adoção das IFRS no Brasil: Os impactos provocados na relação entre o lucro e o fluxo de caixa operacional. *Contabilidade Vista & Revista*, 23(1), 47-74.

Oliveira, V. A., & Lemes, S. (2011). Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 22(56), 155-173.

Ott, E., Cunha, J. V. A. da, Cornacchione Júnior, E. B., & De Luca, M. M. M. (2011). Relevância dos conhecimentos, habilidades e métodos instrucionais na perspectiva de estudantes e profissionais da área contábil: estudo comparativo internacional. *Revista Contabilidade & Finanças*, 22(57), 338-356.

Pinto, A. F., Avelar, B., Fonseca, K. B. C., Araújo Silva, M. B., & Costa, P. de S. (2014). Value relevance da evidencição de provisões e passivos contingentes. *Pensar Contábil*, 16(61), 54-65.

Ponte, V. M. R., Oliveira, M. C., Cavalcante, D. S., & De Luca, M. M. M. (2012). Análise das práticas de divulgação do ajuste ao valor presente pelas companhias listadas na BM&FBovespa. *Revista Universo Contábil*, 8(1), 53-69.

Ramos-Rodríguez, A. R., Ruíz-Navarro, J. (2004). Changes in the intellectual structure of strategic management research: a bibliometric study of the strategic management journal, 1980-2000. *Strategic Management Journal*, 25, 981-1004.

Reina, D. R. M., Reina, D., & Silva, S. F. da (2014). Comparabilidade da informação contábil em empresas brasileiras após a adoção das normas internacionais de contabilidade. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(23), 77-94.

Reina, S. G., Varolo, F. A. de Q., & Gozer, I. C. (2011). Normas internacionais de contabilidade: um estudo bibliométrico nos periódicos contábeis. *Revista de Ciências Empresariais da Unipar*, 12(1), 131-152.

Reis, N. R., Ferreira, M. P., Santos, J. C. & Serra, F. R. (2013). A bibliometric study of the cultural models in international business research. *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 10(4), 340-354.

Ribeiro, H. C. M. (2013). Características da produção veiculada na Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade no período de 2007 a 2012. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 7(4), 424-443.

Ribeiro, H. C. M. (2014a). Corporate governance versus corporate governance: an international review: uma análise comparativa da produção acadêmica do tema governança corporativa. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(23), 95-116.

Ribeiro, H. C. M. (2014b). Quinze anos de produção acadêmica do tema contabilidade internacional: uma análise bibliométrica em periódicos brasileiros. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 8(3), 326-343.

Rossoni, L., & Guarido Filho, E. R. (2009). Cooperação entre programas de pós-graduação em administração no Brasil: evidências estruturais em quatro áreas temáticas. *Revista de Administração Contemporânea*, 13(3), 366-390.

Santos, E. S., & Calixto, L. (2010). Impactos do início da harmonização contábil internacional (lei 11.638/07) nos resultados das empresas abertas. *RAE eletrônica*, 9(1), 1-26.

Santos, L. P. G. dos, Lima, G. A. S. F. de, Freitas, S. C. de, & Lima, I. S. (2011). Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBovespa. *Revista Contabilidade & Finanças*, 22(56), 174-188.

Santos, M. A. C. dos, & Cavalcante, P. R. N. (2014). O efeito da adoção dos IFRS sobre a relevância informacional do lucro contábil no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 25(66), 228-241.

Silva, A. F. S. da, Silva, E. P. da, & Denberg, M. W. dos S. (2011). Mensuração do fair value de ativos tangíveis: estoque e ativo imobilizado. *Pensar Contábil*, 13(51), 48-55.

Silva, J. O. da, Haussmann, D. C. S., & Beuren, I. M. (2012). Reflexos das alterações da Lei nº 11.638/07 nas informações trimestrais de empresas de capital aberto. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, 4(1), 62-77.

Silva, R. L. M. da, & Nardi, P. C. C. (2014). Demonstrações contábeis no Brasil após adoção do CPC 13: reação do mercado de ações. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 7(3), 362-385.

Silva Filho, A. C. da C. e., Martins, V. G., & Machado, M. A. V. (2013). Adoção do valor justo para os ativos biológicos: análise de sua relevância em empresas brasileiras. *Revista Universo Contábil*, 9(4), 110-127.

Tavares, M. F. N., Lopes, J. E. de G., Ribeiro Filho, J. F., Pederneiras, M. M. M., Amaro, R. G., & Iudícibus, S. de. (2010). Uma contribuição epistemológica à contabilidade internacional: análise nas dissertações e teses brasileiras divulgadas no banco de dados de teses e dissertações (BDTD) entre 1999 e 2008. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 3(2), 217-238.

Teodoro, J. D., Espejo, M. M. dos S. B., Scherer, L. M., & Barros, C. M. E. (2011). O processo de harmonização às normas internacionais sob a perspectiva da produção científica. *Pensar Contábil*, 13(52), 5-14.

Vanti, N. A. P. (2002). Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ciência da Informação*, 31(2), 152-162.